



MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE PODER

ACHILLES, Daniele
UNIRIO
daniele.achilles@unirio.br

194

RESUMO

Este trabalho trata da memória como instrumento de poder. Apresenta a concepção de memória social essencialmente caracterizada na obra de quatro autores: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Andreas Huyssen e Michel Foucault, mesmo que esse último não se dedique claramente a memória social. Indica outros pensadores para complementar tais reflexões. Aborda tanto a memória social quanto a memória individual, estabelecida a partir das referências e lembranças próprias do grupo e referida, em Halbwachs, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Enfatiza a dialética entre a memória e a história, ressaltando o conceito de “lugares de memória” em Nora. Destaca tanto as possibilidades criativas quanto a epidemia da memória, tais como apresentadas por Huyssen. Conclui com a concepção de memória como produção de subjetividade que é permeada por relações de poder, segundo Foucault. **Palavras-chave:** Memória Social. Memória – Coesão social. Memória – Lugares de Memória. Memória – Epidemia da memória. Memória – Produção de Subjetividade.

ABSTRACT

This paper treats the memory as an instrument of power. Introduces the concept of social memory essentially characterized the work of four authors: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Andreas Huyssen, but uses other thinkers to complement such reflections. Addresses both social memory and individual memory, drawn from references and own memories of the group and said, in Halbwachs, the "point of view on collective memory." Emphasizes the dialectic between memory and history, emphasizing the concept of "places of memory" in Nora. Highlights both the creative possibilities as the epidemic of memory, such as presented by Huyssen. Concludes with the concept of memory as production of subjectivity that is permeated by power relations, according to Foucault.

Key-words: Social memory. Memory - Social Cohesion. Memory - Memory Place. Memory - Memory Epidemic. Memory - Production of Subjectivity.

1 introdução

A memória social é um campo de estudo vasto que atravessa diferentes áreas disciplinares e possui uma difícil delimitação, bem como ampla complexidade conceitual. Atualmente, tem sido abordada por diversas perspectivas teóricas e representada por questões que decorrem da dinâmica contemporânea marcada principalmente pela mídia, temporalidade, memória do tempo vivido e do esquecimento.

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura e focalizar o conceito de memória social caracterizado na obra de alguns autores que fazem parte dos interesses ligados do projeto de pesquisa do doutorado que busca investigar questões



relacionadas à construção de um conceito – o de biblioteca pública, para isso optou-se por analisar essa construção por via da memória. Assim cabe destacar autores, tais como: Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Andreas Huyssen, alinhando-os ainda as reflexões de Michel Foucault. Tais autores identificam aspectos relevantes à memória social no que tange suas análises relativas às estruturas de poder.

O ponto interessante desse trabalho é compor a ideia de memória como produção de subjetividade e possibilidade criativa de modo que as estruturas de poder que influenciam nos modos de vida, de lembrar e de esquecer fiquem mais evidentes.

Primeiramente, será apresentada uma concepção mais tradicional e clássica sobre memória social. Essa concepção tem alicerce na obra durkheimiana enfatizada por Maurice Halbwachs (2004). Para complementar os estudos feitos por Halbwachs, selecionou-se Pierre Nora (1993) que se insere nesse contexto, por apresentar o conceito de lugares de memória. Em seguida, são abordadas as contribuições de Andreas Huyssen (2000) e de Michel Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) a respeito da memória social.

2 Memória Social: Concepção sob a perspectiva de Maurice Halbwachs e Pierre Nora

A partir do século XX, a memória social tornou-se centro de preocupações de vários pensadores e objeto de pesquisa e debate entre diversos teóricos. De fato, ela é um tema privilegiado de discussão no campo das ciências sociais e humanas, desde o seu surgimento como disciplina, com Maurice Halbwachs, discípulo de Emile Durkheim, pensador da escola sociológica francesa que abordou a questão da memória em seu trabalho *Representações Individuais e Representações Coletivas*. Halbwachs direcionou suas análises enfocando-as enquanto reconstrução do passado a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças, mesmo as individuais, são constituídas a partir de um grupo.

Dessa forma, a memória garante, para Halbwachs (2004), a coesão social que se entende como os laços com o grupo que se mantêm mesmo quando os indivíduos se encontram só, e é no grupo que ele se pauta ao recorrerem as suas lembranças. Assim, a memória individual, estabelecida a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se a “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004). Esse ponto de vista pode ser analisado à medida que considera-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios. (HALBWACHS, 2004).



Ao desvincular a memória de fato e apontar o quanto a memória é objeto de construção, o autor ao invés de apresentar a memória como uma mera reprodução da realidade, assinala que as lembranças podem, por meio da vivência em grupo, ser reconstruídas ou até mesmo simuladas. Assim, a memória coletiva pode ser definida contrapondo-se a memória histórica. Enquanto a memória coletiva tende a apoiar-se sobre o 'passado vivido', bem como sobre a continuidade temporal, a memória histórica toma outro caminho, se define como desconstruída e apóia-se a um passado que é construído enquanto objeto da ciência. Logo, a memória coletiva não se apoiaria em fórmulas ou leis históricas, mas em determinados quadros que se formam por via da experiência do passado. A esse respeito Halbwachs (2004, p. 71) afirma:

Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes do pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo.

Além dessa perspectiva abordada por Halbwachs (2004), existe outro modo de contrapor a história da memória que foi enfatizada por Pierre Nora, pensador clássico do campo da memória social. Em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, o autor faz uma reflexão sobre as diferenças entre os dois conceitos e analisa essa contraposição com a finalidade de valorizar a dimensão da memória enquanto experiência vivida, lamentando que esta esteja se perdendo na sociedade atual. Nora (1993) destaca a questão da mundialização como um processo de queda de fronteiras e de identidades, solidário a uma alteração do tempo. Segundo o autor, essa alteração permite que os fenômenos se tornem cada vez mais rápidos e desconectados de uma memória verdadeira. Sendo assim, cabe explicar o conceito de aceleração:

O que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente é toda a distancia entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente aos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio, trilha. Distancia que só se aprofundou à medida que os homens foram reconhecidos como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distancia que chega, hoje, num ponto convulsivo. (NORA, 1993, p. 8).



A explicação de Nora (1993) articula a expressão “aceleração da história” e contrapõe uma memória verdadeira, que teríamos perdido. Em relação a história estaríamos condenados justamente por essa perda. A construção teórica desenvolvida por Nora (1993) funciona como ponto de partida para a reflexão sobre uma dimensão para sempre pedida, pura, intocada e mantida em segredo: uma memória espontânea e verdadeira. Assim, a memória ganha um estatuto idealizado, a partir do qual é pensada e contraposta, ou seja, a memória histórica contemporânea que, comparada à memória autêntica, pode ser considerada deficitária. Isso significa que a nossa memória histórica não passaria de um efeito da devastação e desintegração que a rapidez atual promove.

Diante da leitura de Nora (1993) acredita-se que o autor lamenta uma perda que pode ser compensada de algum modo e por isso o conceito “lugares de memória” é lançado. Dessa forma, entende-se por lugares de memória o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de auto-reconhecimento, bem como a busca por uma memória espontânea e verdadeira que teria sido perdida. Lugares de memória são como resquícios. Para melhor compreensão do conceito lugares de memória, Nora (1993, p. 13) sugere um movimento compensatório, no qual ele afirma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreia. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, quando o mar se retira da memória viva.

Para Nora (1993) o homem vive diante de uma tensão entre a intimidade e a tradição vivida e o abandono por parte dos grupos desfeitos. São os momentos de tensão que a história tenta guardar, entretanto dois movimentos realizam a produção desses lugares de memória: “de um lado um movimento historiográfico, o retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro



lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória” (NORA, 1993, p. 12).

Logo, pode-se afirmar que os lugares de memória é a história que ainda não possui restos de memória, a ruptura com o tempo também é reconhecida e por isso os fenômenos são registrados e arquivados.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São rituais de uma sociedade sem ritual: sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza: fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 13)

Cabe lembrar que Nora (1993) tem um raciocínio dialético, ou seja, que se baseia na oposição entre memória e história. É por via dessa construção dialética que a tese seria a memória e a história apareceria como antítese e disso resultaria uma síntese formada pelos lugares de memória. Desse modo, Nora (1993) não deixa de enfatizar essa oposição entre os conceitos. Ademais, essa construção dialética se faz explícita quando o autor realiza um paralelo a respeito da lembrança e do esquecimento e define a memória como:

Vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Pode-se inferir que Nora (1993) pensa a memória social sustentada na noção dos lugares de memória, pois o mesmo considera uma possibilidade de compensar o passado que se perde. Pierre Nora (1993) partiu de uma concepção diferenciada, onde pensa a ponte, ou o elo entre a história e memória. E assim como Halbwachs (2004), mantém essa oposição. Entretanto, existem outros pensadores que se afastam dessa visão mais clássica e tradicional atribuída à memória social e enveredam neste campo por outro caminho. A seguir serão apresentadas outras perspectivas sobre o conceito de memória social, mas que parte de uma visão mais contemporânea atribuída por Andreas Huyssen e Michel Foucault.



3 Memória social: Concepção sob a perspectiva de Andreas Huyssen e Michel Foucault

Alguns pensadores contemporâneos do campo da memória social, tais como Andreas Huyssen se destaca por atribuir novas análises ao conceito de memória social. Huyssen trabalha com questões relacionadas à memória cultural, globalização, cultura urbana dentre outras. O autor discute a questão do nascimento de uma cultura e de uma possível política de memória em expansão global que teria ocorrido a partir da queda do muro de Berlim, do fim das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul.

Na obra *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* publicada em 2000, Huyssen observa a importância que o imaginário urbano e as memórias traumáticas possuem nas novas configurações do espaço contemporâneo. A partir da leitura desses fenômenos de cultura pode-se explorar a construção dos cenários urbanos e virtuais e, com isso, tentar perceber quais são os sentidos dessa memória histórica para além do sentido deficitário que lhe atribuiu Pierre Nora (1993). Em seus estudos, Huyssen também questiona o lugar que ocupa essa memória nas experiências de espaço e tempo e a influência, ultrapassando o legado da modernidade, que a globalização exerce sobre o espaço público contemporâneo.

Na modernidade os homens se preocupavam em assegurar o futuro, mas atualmente essa preocupação volta-se para o passado, a tal ponto que se pode reconhecer, nas sociedades midiáticas, o que talvez se possa denominar como “epidemia da memória”, conceito marcado pelo teórico.

Huyssen (2000) toma como centro de sua discussão a possibilidade da sociedade necessitar de uma ancoragem temporal, devido a revolução da informação e do espaço-tempo, e a relação entre o passado, presente e futuro começa a se transformar. Dessa forma, ele procura identificar o foco contemporâneo desse privilégio dado ao passado, mas destaca, em relação à memória, que existem outras formas de temporalidade. Com isso, mostra algumas práticas da memória que questionam o futuro global. Portanto, Huyssen (2000, p. 37) declara:

Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para discutir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com este objetivo. Mesmo que a amnésia seja um subproduto do ciberespaço, precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí, então, talvez, seja a hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória.



Huyssen (2000) critica Nora (1993) posto que considera as ideias próprias de um discurso de perda. Ainda pondera que a criação de lugares de memória reside no discurso de perda dos meios de memória, e que essa memória é compensatória e não, de fato, criativa. Huyssen (2000) alerta para as possibilidades criativas que deseja explorar no campo da memória, e para isso o autor preocupa-se com mais com o futuro do que com o passado, com a perda de tradições, e com a ‘memória autêntica’. Daí nasce sua crítica ao medo do esquecimento e à hipertrofia da memória na contemporaneidade.

O teórico acredita que a cultura de massa e a mídia virtual não precisam ser consideradas negativamente nesse universo, posto que possam servir aos propósitos de construção de uma memória produtiva. Dessa forma, Huyssen (2000) não acredita numa ‘memória autêntica’, pois considera que a hipertrofia da memória pode basear-se justamente neste tipo de crença. Ademais, adverte que o essencial é discriminar os passados que podem ajudar a construir o futuro dos passados dispensáveis, sem que se precise lamentar, nostalgicamente como faz Nora (1993), a perda das tradições.

Acredita-se que o mais importante no texto de Huyssen (2000) é a atribuição das possibilidades criativas conferidas à memória. Portanto, para alinhar-se a Huyssen optou-se por trazer algumas considerações sobre memória social apresentadas por Michel Foucault que não se dedica exclusivamente à temática, mas a tangencia de maneira bem interessante.

Sendo assim, o foco em Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) será sobre as mudanças produzidas pelo poder no campo da memória. Tais mudanças ligam-se diretamente as transformações enfatizadas por Andreas Huyssen (2000). Coube a Foucault pensar a memória sob outra perspectiva – a de instrumento de poder e desse modo que o conceito de memória interessa aqui neste artigo.

Não é nova a idéia de que todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e esquecido. Mas, Foucault (1972) apresenta uma novidade – a de que o poder não apenas seleciona e gerencia as lembranças e documentos já existentes, ele é responsável pela fabricação das lembranças e documentos, por exemplo.

Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) considera o poder produtivo e afirma que ele produz subjetividade. Com isso, o autor define subjetividade como os modos de vida, de lembrar e de esquecer. E ainda concebe que a construção da memória se encontra necessariamente subentendida na expressão “produção de subjetividade”.



Ademais, são considerados pelo filósofo os mecanismos específicos, os quais o poder se exerce, portanto em diferentes momentos existe uma predominância de um ou outro mecanismo e a maneira pela qual cada um deles se exerce configura uma modalidade de memória. Logo, o poder a partir de seus mecanismos produz uma quantidade diversificada de memórias que incidem nos indivíduos e grupos, que em cada momento histórico e político possuem seus modos de vida, de lembrar e de esquecer.

Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) chama os modos de vida, de viver ou de construir a vida de memória. É fato de que através dos mecanismos de poder preponderantes ocorre um jogo, uma disputa permeados por estratégias que podem levar ao que se deve lembrar ou esquecer, pois as lembranças e o esquecimento compõem a memória.

Gondar (2003, p, 32) pondera:

Portanto, ao situar a memória e a subjetividade como sinônimos, Foucault não está enfatizando qualquer dimensão psicologizante da memória, nem qualquer tendência idealista da subjetividade. O que ele irá nos mostrar é que não podemos separar a produção da memória de determinadas tecnologias ou dispositivos de poder presentes em diferentes momentos históricos. De acordo com os dispositivos ou tecnologias que operam nos diversos períodos, os valores, sensibilidades, modos de agir e de registrar as ações se modificam [...].

Deste modo, Foucault enxerga a produção de subjetividade como uma construção da memória e aí ele se aproxima de Huyssen (2000), ou seja, a produção de subjetividade pode ser algo submetido às estruturas do poder que circula ou não, e ainda mais pode ser uma possibilidade criativa, uma deriva. É válido enfatizar que Foucault procura sempre mostrar como o poder se infiltra no tecido social e se efetua nas instituições, produzindo subjetividades, [memórias]. (GONDAR, 2003, p. 33).

4 Memória social e estruturas de poder

A cultura da memória contemporânea se destaca pela incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica – as mídias e suportes documentais fazem a memória ficar cada vez mais disponíveis para os indivíduos. Observa-se assim um aumento da memória acompanhado também com o aumento do esquecimento. Huyssen (2000, p. 18) indica que essa obsessão contemporânea pela memória cria memórias comercializadas em massa que os indivíduos consomem o tempo todo – a essas memórias, o autor as denomina de



‘memórias imaginárias’ que são facilmente esquecidas diferentemente de como ocorre com as memórias vividas. Segundo Huyssen (2000, p. 21) “não há mais espaço puro fora da cultura da mercadoria, por mais que possamos desejar um tal espaço”.

Percebe-se na leitura de Huyssen (2000) que os interesses comerciais são capazes de explicar essa epidemia, emergência e síndrome da memória, ou seja, o aumento do esquecimento provoca o crescimento da necessidade de lembrar. E a perspectiva foucaultiana coloca a memória na condição de produção de subjetividade pode ser identificada na obra de Huyssen (2000) quando ele menciona o interesse pela comercialização da memória

Foucault (1972; 1979; 1987; 1995) percebe a dinâmica contemporânea de outro jeito, isso porque ele se preocupa com a temática do poder presente em toda sua obra. A ideia de poder concebida por ele é um pouco diferente, visto que afasta-se do poder como uma realidade única, com um sentido tradicional localizado nas sociedades de soberania. Desde o início da década de 1970 que Foucault se dedica a esta temática e começa a investigar a origem de alguns problemas sociais e chega a uma noção essencial, a de relações de poder, que podem servir para subsidiar o entendimento da memória social como produção de subjetividade.

O filósofo ainda enfatiza que o poder se exerce e se transforma a partir de mecanismos específicos. E em diferentes momentos históricos existe uma predominância de um desses mecanismos, logo a maneira pela qual cada um desses mecanismos se exerce configura uma modalidade da memória. Isso significa que existe uma grande quantidade e diversidade de memórias produzidas pelos distintos mecanismos do poder.

Se os mecanismos de poder incidem na produção da memória e se a memória é produção de subjetividade, pode-se inferir que os mecanismos de poder incidem nos modos de vida, essencialmente nos modos de lembrar e de esquecer.

Ao analisar as estruturas do poder, Foucault (1972; 1979; 1987; 1995), aborda dois mecanismos do poder: o primeiro, a disciplina, que vigorou entre os séculos XVII e XX; e o segundo, o controle¹, que começou a vigorar a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma, os mecanismos de poder são desenvolvidos a partir de uma configuração social, política, econômica e cultural e delinea dos modos de vida.

O que nos interessa aqui é trabalhar com o mecanismo de poder preponderante – o controle que sucede o mecanismo disciplinar. É a partir da segunda metade do século XX que as

¹ Controle – denominação dada por Gilles Deleuze (1992; 1995) a partir das ideias de Foucault.



transformações ocorridas e que afetam diretamente a configuração social, política, econômica e cultural se clarificam e esse arranjo pode ser marcado ainda mais por uma revolução tecnológica. Logo, as novas tecnologias vão servir a uma nova configuração do espaço territorial e de circulação promovida pelo capitalismo, pela globalização.

A globalização é uma configuração social, política e econômica que, ao funcionar segundo um modelo neoliberal, torna-se submetida ao mercado. É válido supor que as mudanças ocorridas geram novas realidades, Antonio Negri e Michael Hardt (2001) defendem que a articulação entre globalização e o mercado individual surge como a nova realidade sócio-política do mundo, realidade que passa a ser definida por novas formas de organização e produção de subjetividade. Foucault chama essa nova dominação de sociedade de regulamentação, Deleuze (1992; 1995) de sociedade de controle e Negri e Hardt (2001) de império, visto que se constitui de redes assimétricas, e de relações de poder que se dão mais pela via cultural e econômica do que pelo uso coercitivo da força.

As transformações geradas pela globalização pressupõem a eliminação das demarcações bem definidas, isto é, da ‘quebra de fronteiras’ aliada a aceleração das formas de experimentação do tempo. Esse cenário de produção de subjetividade estabelece novas coordenadas nas relações espaço-temporais que afeta diretamente dos modos de vida.

Diante desse novo cenário, as tecnologias e a mídia adquirem uma função essencial – elas irão se incumbir de modelar padrões que se devem adquirir, e ainda mais definirão os modos de viver, como os de lembrar e esquecer, e conseqüentemente produzirão memórias. Segundo Huyssen (2000) produzirão uma quantidade grande de esquecimento e de memória e darão lugar às ‘memórias imaginárias’.

Na esteira de Foucault, Guattari (2005, p. 53) afirma que “as forças sociais administram o capitalismo hoje. Elas entendem que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção”. O autor ainda indica “que existem diversas máquinas de produção de subjetividade”. Guattari (2005) declara que a subjetividade produzida pelo sistema capitalístico gera processos padronizados e não singulares. As subjetividades assim padronizadas são homogêneas e assujeitadas.

Entretanto, o assujeitamento pode não ocorrer. O que acontece é que o poder impõe códigos de assujeitamento ao sujeito, isto é, o poder induz à produção de determinadas subjetividades. Sendo assim, o sujeito poderá modelar-se segundo subjetividades esperadas ou



fazer uma deriva, produzindo novas formas de subjetivação, formas estas criativas, que se pode denominar resistência.

5 Considerações finais

A decisão de trabalhar neste artigo com uma breve revisão de literatura de quatro autores que estudam questões relacionadas à memória social: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Andreas Huyssen e Michel Foucault se fez necessário por conta do interesse dos conceitos enfatizados por eles e que dão subsídios teóricos ao projeto de pesquisa do doutorado no programa de pós-graduação em memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, as análises feitas no decorrer do artigo servem para a compreensão de uma concepção mais contemporânea do campo de memória social. De fato, esse recorte ainda se faz limitado para auxiliar uma tese de doutorado, mas já é um bom começo. Além disso, cabe ressaltar que o intuito era lançar releituras iniciais e depois partir para outros autores que se alinham a Huyssen e Foucault, como os de Antonio Negri, Michael Hardt, Felix Guattari e Aleida Assmann.

Partindo da ideia de que o controle é uma intensificação da disciplina e ambos são mecanismos de poder que produzem subjetividades assujeitadas ou não se pode inferir que esse poder que circula entre as instituições, que se capilariza de forma horizontal, como um rizoma.

A questão da centralização, do armazenamento e da organização do conhecimento sempre está atrelada às características políticas, sociais e econômicas das sociedades. Analisar a memória sob o ponto de vista clássico e tradicional nos remete a uma ideia de biblioteca como instituição-memória ainda muito estática, limitada, mas que serve também aos mecanismos de poder caracterizados pela disciplina. Mas, optar por autores que discutem a memória social de maneira mais atrativa – pela via da produção de subjetividade e da criatividade

É a partir da institucionalização da memória pela biblioteca que o controle sobre a memória se processa. E o controle da memória incide diretamente no poder político, assim como nas estruturas de legitimação. Sendo a biblioteca uma instituição que lida com informação, com registro do conhecimento pode ela influenciar no que se consome em termos de memória.



Dessa forma, em suas análises relativas ao poder, Foucault enfatiza que o poder possui uma natureza nem uma essência definida por características. Ele considera o poder como um conjunto de práticas sociais, construídas historicamente, que se encontram associadas a determinados procedimentos e técnicas que configuram modos de relação. Portanto, o poder é relacional. Na sociedade de controle, segundo denomina de Deleuze, há uma diluição das estruturas hierárquicas e uma ênfase na expansão horizontal. Alguns autores acreditam que com isso o mecanismo da disciplina perde espaço para o de controle, como Foucault. Mas, Negri considera que o controle embute a disciplina, tornando os mecanismos de poder cada vez mais sutis, interferindo nos modos de vida cada vez mais.

O que se tentou fazer neste trabalho foi tangenciar algumas concepções sobre memória social segundo perspectivas distintas, mas que se complementam, bem como entender sob que características, regras, dinâmicas a memória social pode ser construída na sociedade de controle. Sendo a memória entendida como modos de viver e de construir a própria vida, é importante que essas concepções estejam claras para serem exploradas no momento de desenvolvimento da pesquisa.

Referencias

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. O poder e a norma. In: _____. **Psicanálise, poder e desejo**. Rio de Janeiro: Chaim Samuel Katz, 1979, p. 46-52.

_____. **Vigiar e punir**: historia da violência nas prisões. 30. Ed. Petrópolis: vozes, 1987.



GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: ___ **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, p. 32-43.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. A sociedade mundial de controle. In: ___ **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos de Pós-graduados em História do Departamento de História, v. 10. 1993, p. 7-28. Disponível em:<
<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.